

LEI ORDINÁRIA Nº 1137

de 13 de dezembro de 2017

“Estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício de 2018 e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO VERDE DE MATO GROSSO, ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso de suas atribuições legais, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. .

1º Esta Lei estima a receita e fixa a despesa do Município para o exercício financeiro de 2018, nos termos do § 5º do art. 165 da Constituição Federal, do art. 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, das normas da Lei 4.320 de 17 de março de 1964 e do art. 119 da Lei Orgânica do Município, compreendendo o orçamento fiscal e da seguridade social, referente aos Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da Administração Pública direta e indireta.

Art. 2º A receita orçamentária, a preços correntes e conforme legislação tributária vigente é estimada em R\$ 64.294.569,45(sessenta e quatro milhões, duzentos e noventa e quatro mil, quinhentos e sessenta e nove reais e quarenta e cinco centavos), desmembrada da seguinte forma:

I - Orçamento Fiscal em R\$ 35.007.853,39;

II - Orçamento de Seguridade Social em R\$ 29.286.716,06.

Art. 3º As receitas orçamentárias são estimadas por categoria econômica e fonte, conforme disposto nos anexos correspondentes e será realizada com base no que for efetivamente arrecadado, na forma da legislação em vigor.

Art. 4º A despesa orçamentária, fixada no mesmo valor da receita estimada, desdobrada na forma disposta nos anexos integrantes desta Lei, sendo especificada por funções de governo e por órgãos e unidades orçamentárias, nos seguintes agregados:

I - Orçamento Fiscal em R\$ 35.007.853,39 (trinta e cinco milhões, sete mil, oitocentos e cinqüenta e três reais e trinta e nove centavos);

II - Orçamento da Seguridade Social em R\$ 29.286.716,06 (vinte e nove milhões, duzentos e oitenta e seis mil, setecentos e dezesseis reais e seis centavos).

Art. 5º Integram a presente Lei os anexos constantes do art. 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 e aqueles dispostos no art. 2º da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 6º Fica o Poder Executivo autorizado a tomar as medidas necessárias para ajustar as despesas ao efetivo comportamento das

receitas com a finalidade de manter o equilíbrio orçamentário-financeiro do Município, observados os preceitos legais aplicáveis à matéria.

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado, durante o exercício de 2018, a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 30 % (trinta por cento) do total das despesas constantes dos elementos que integram esta Lei, utilizando como fontes de recursos aquelas referidas nos incisos I a III do § 1º do art. 43 da Lei 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo único. Excluem-se da base de cálculo do limite a que se refere o “caput” deste artigo, na forma da legislação vigente, os valores:

- I** - destinados a atender despesas com pessoal e encargos sociais;
- II** - destinados a atender Precatórios Judiciais e pagamento de amortizações e juros da dívida fundada e flutuante;
- III** - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho das funções saúde, assistência social e manutenção e desenvolvimento do ensino.

Art. 8º Fica o Poder Executivo autorizado, no interesse da Administração, a efetuar a centralização parcial ou total de dotações atribuídas às diversas unidades orçamentárias da administração direta, na forma do disposto no art. 66 e seu Parágrafo único, da Lei Federal nº 4320, de 17 de março de 1964.

Art. 9º Conforme disposto na Lei nº 1129, de 28 de junho de 2017 – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2018, o valor da reserva de contingência e de R\$ 471.904,62 (quatrocentos e setenta e um mil, novecentos e quatro reais e sessenta e dois centavos), para atendimento ao disposto no inciso III do art. 5º da Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, bem como ao atendimento de despesas com dotação insuficiente, conforme disposto no art. 8º da Portaria Interministerial nº 163/2001, do Governo Federal.

Art. 10 Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a contar de 1º de janeiro de 2018.

Rio Verde de Mato Grosso (MS), 13 de dezembro de 2017.

MÁRIO ALBERTO KRÜGER*Prefeito Municipal*

Lei Ordinária Nº 1137/2017 - 13 de dezembro de 2017

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em